

“ONDE ESTÁ O AMARILDO?”

Hallana Moreira

“A UPP é o AI 5 das favelas cariocas”

Leonardo, músico e

morador da Rocinha

No domingo de 14 de julho de 2013, o ajudante pedreiro Amarildo Dias de Souza, de 43 anos morador da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, desapareceu depois de ter sido levado por policiais à sede local da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) para averiguação. Dois dias antes, havia ocorrido a Operação Paz Armada, e o argumento utilizado pelos policiais era de que Amarildo era parecido com um bandido. Amarildo havia acabado de chegar da pescaria. A sua mulher, Elizabeth Gomes da Silva, sem entender o motivo, foi até a UPP perguntar aos policiais onde estava o seu marido e eles disseram que ele estava no local mas que, em seguida, ele seria liberado e a orientaram a voltar para casa.

Elizabeth se recusou a ir embora e insistiu em esperar em frente à UPP. Alguns minutos depois, um carro da PM parou em frente ao local e tirou Amarildo de dentro do carro algemado. Elizabeth questionou os policiais e perguntou para onde eles iriam levá-lo. Eles explicam que ele iria apenas prestar esclarecimentos e seguem como o carro para a sede da unidade, no alto do morro. Segundo sua esposa, antes de entrar no carro Amarildo disse a ela que o seu documento de identidade estava com um dos policiais. Amarildo foi levado às 19h23 daquela noite. Depois disso, ele nunca mais foi visto.

Segundo os policiais, ele havia sido liberado após ter sido confirmado que era apenas um engano, mas os parentes procuraram por Amarildo na comunidade, delegacias, hospitais e no IMI e não o encontraram. A família registrou o desaparecimento dele após dois dias. Com uma semana do desaparecimento, começaram os protestos e manifestações dos moradores da comunidade exigindo esclarecimentos das autoridades e pedindo justiça. Havia a desconfiança de que o

sumiço do morador estava ligado a um problema pessoal de Amarildo, com um PM. O comando da UPP negou a versão. Para os amigos e parentes, os policiais eram os responsáveis. Os policiais envolvidos foram afastados e se iniciou o inquérito.

De acordo com a repercussão do fato, os telejornais passaram a trazer informações exclusivas e dar detalhes do inquérito apresentando o contraponto e esclarecimentos. Na mesma semana, começou a cobertura da filial do Rio da emissora Globo. No dia 17 de julho, dois dias após o ocorrido, o telejornal *RJ TV 2ª edição*, destacou o protesto dos moradores da Rocinha que bloqueava o trânsito na autoestrada Lagoa-Barra, no Rio de Janeiro. Até mesmo o Globocop foi colocado à disposição, enquanto a repórter Bette Lucchese dava informações sobre o protesto.

Em 20 de julho, a reportagem de Eduardo Tchao na 1ª edição do *RJ TV*, mostrava o desenrolar do inquérito dizendo que os policiais estavam sendo acusados pelo sumiço de Amarildo. O telejornal também mostrou o depoimento do policial que dirigia o carro que levou Amarildo até a sede da UPP na data do desaparecimento, e informou que ele omitiu algumas informações sobre o trajeto mostrado pelo GPS dos carros, analisados.

No dia 24 de julho, o *RJ TV 1ª edição* destacou o fato de a câmera de segurança que fica em frente à UPP da Rocinha estar quebrada na noite de 14 de julho. O caso estava sendo investigado pela 15ª DP, mas ainda não era considerado homicídio. Na semana seguinte, o telejornal fez a divulgação dos documentos que mostravam que o equipamento apresentou problemas justamente no dia em que Amarildo desapareceu. No dia 30, a polícia já considerava a hipótese de que Amarildo estaria morto, pois segundo o delegado que estava à frente das investigações, foi recebida a denúncia de que o motorista do caminhão de lixo teria sido obrigado a retirar um corpo da comunidade. Os policiais começaram a realizar buscas para encontrar o corpo, mas não obtiveram resposta. Oito policiais que estavam de plantão naquele domingo já tinham sido ouvidos na delegacia que investigava o caso.

A reportagem foi ao ar no dia seguinte no *RJ TV 1ª edição* e a apresentadora conversou com um especialista que prestou esclarecimentos e apresentou a hipótese de que Amarildo poderia ter sido morto por policiais ou bandidos porque a Favela da Rocinha estava em guerra na época, o que foi bastante coerente, com informações que agora já eram de Interesse público com clareza e apresentando o contraponto.

Com 15 dias do desaparecimento, o caso passou para a Delegacia de Homicídios. No dia 9 de agosto, o *Jornal Nacional* exibiu as imagens da câmera que ficava em frente a um dos postos da UPP da Rocinha. Nelas, Amarildo era visto entrando em um carro da PM que, segundo a polícia, o levou para a sede no alto do morro. Em seguida, ele teria sido liberado. No dia 14 de agosto, uma reportagem no *Jornal Nacional* mostrou o trajeto do carro que levou Amarildo para a sede da UPP no dia do seu desaparecimento e informou que o GPS realmente estava quebrado, como os policiais haviam dito. Mas com a apuração da notícia, a equipe do jornal descobriu que havia outro equipamento de localização ligado ao rádio da viatura. O caso passa a ser investigado pela Diretoria de Homicídios.

O telejornal também mostrou o depoimento do policial que dirigia o carro que levou Amarildo até a sede da UPP na data do desaparecimento e mostrou que ele havia omitido algumas informações e não deu explicações sobre as paradas suspeitas do carro como mostrado pelo GPS. Então, a Diretoria de Homicídios passa a trabalhar com as hipóteses de que Amarildo poderia ter sido morto por policiais ou por traficantes.

No *JN* de 17 de agosto, foi revelado que, três meses antes do sumiço de Amarildo, dois jovens moradores da comunidade fizeram denúncias de que teriam sido espancados e ameaçados pelo mesmo policial militar que teria levado o pedreiro para averiguação. Dois meses após o sumiço de Amarildo, uma testemunha revelou ter sido coagida pelo major Edson Santos, ex-comandante da UPP da Rocinha, a confirmar a versão de que Amarildo teria sido morto por traficantes. A testemunha passou a ser ameaçada e pediu proteção federal.

Em 22 de outubro, o inquérito foi entregue em outubro ao Ministério Público do Rio de Janeiro e se concluiu que Amarildo foi torturado com choques elétricos, afogamento e sufocamento com sacos plásticos e que enquanto o Amarildo era torturado pelo Ex Sub-Comandante Luiz Medeiros, os soldados Anderson Maia e Douglas Roberto e o Sargento Reinaldo Gonçalves. Durante a tortura, 12 policiais ficaram do lado de fora vigiando, e oito PMs permaneceram dentro da base da UPP; estes foram considerados omissos porque não fizeram nada para impedir. Cinco policiais decidiram testemunhar e disseram que o Major Edson, então comandante da UPP, estava em um dos containeres ouvindo tudo e não fez nada para impedir também.

A investigação apontou tentativas de fraudar as provas para incriminar outros bandidos pela morte de Amarildo, o que ficou comprovado em uma escuta feita pela polícia com autorização da justiça, e que foi decisiva para a conclusão do caso. O *Jornal Nacional* divulgou a escuta. A notícia foi ao ar no *JN*. E a reportagem completa foi ao ar no *Jornal da Globo* na noite do mesmo dia.

Na gravação, um suposto bandido com o apelido de Catatau, faz ameaças a um policial infiltrado no tráfico, e dá a entender que matou Amarildo, apelidado de Boi. A perícia comprovou que este suposto bandido era o Soldado Marlon encenando, e que na fala em que o Soldado diz para outro bandido: "Já botâmo o Boi na tua conta, neguinho". Ele confirma que os policiais realmente o assassinaram e queriam incriminar os bandidos. Segundo Carmen Eliza Carvalho, promotora do caso, o Major Edson havia sido o mandante do crime.

No dia seguinte, mais três PMs foram presos. Treze tiveram prisão decretada. A versão de que amarildo havia sido morto por traficantes não foi aceita pelo MP. Finalmente com base no inquérito, no dia 4 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça decretou a prisão dos policiais acusados. A reportagem foi ao ar no *JN* no mesmo dia.

O julgamento começou em fevereiro de 2014. No dia 20 daquele mesmo mês, começou o julgamento dos 25 réus acusados de torturá-lo e matá-lo, como explicou a reportagem do *JN*. Atualmente, treze deles permanecem presos, enquanto os demais respondem em liberdade. Os outros envolvidos foram todos expulsos da

corporação. Em fevereiro de 2016, o ex- comandante Edson Raimundo dos Santos foi sentenciado a 13 anos e 7 meses de reclusão, enquanto o ex sargento Luiz Felipe de Medeiros recebeu pena de 10 anos e 7 meses.

A emissora seguiu acompanhando a situação de trauma da família de Amarildo como mostra a matéria do dia 10 de Julho de 2014 do jornal *O Globo*. A matéria fala sobre a situação da mulher de Amarildo que ficou dez dias desaparecida e que foi encontrada pelos filhos na rua e alcoolizada. Segundo o advogado da família, a viúva de Amarildo estava com depressão profunda e bebendo compulsivamente.

Conclusão

A frase “Cadê o Amarildo” percorreu todo o país e o caso ganhou repercussão nacional e internacional. Amarildo se tornou um símbolo na luta contra a violência policial. Era um homem, ajudante de pedreiro e sem antecedentes criminais. Deixou mulher e seis filhos. Ele foi mais uma vítima entre tantas outras. Quantas mortes deixaram de ser divulgadas e se tornaram apenas números para estatísticas nos crimes registrados como autos de resistência?

Bem se sabe, que para os veículos de comunicação hegemônicos, vidas pobres e negras não geram valor-notícia, e no caso de homens negros eles quase sempre são apontados como suspeitos ou bandidos. Eles servem, muitas vezes, apenas para alimentar os espetáculos sensacionalistas. As vidas dos menos favorecidos e a margem da sociedade nunca interessou muito para os grandes jornais. Então, o que levou a emissora a explorar o caso com tanta veemência? O que fez os jornais darem a devida importância? O alto grau de noticiabilidade? Ou a pressão popular?

Além da incessante busca por exclusividade, típica da emissora, afirmo que além do grau de importância do caso, o clamor social de quem todos os dias pede justiça, fez a maior emissora do país ter um posicionamento que não é de costume: fazer uma cobertura ética de um caso de assassinato em uma favela do Rio de Janeiro, dando destaque e o acompanhando durante todo o processo até o julgamento.

O jornal foi coerente e cumpriu bem o seu papel de “ouvir sempre antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em sua cobertura”, como pede o Art 12, inciso I, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Neste caso, a grande parte das apurações foram comprovadas pela divulgação dos documentos e pela decisão judicial. Ademais, a imagem de Amarildo não foi deturpada e colocada como alguém suspeito ou que merecia morrer em reportagens tendenciosas. Não obstante, talvez o jornal tenha falhado ao apresentar informações de testemunhas sem ouvir os policiais acusados ou ouvindo poucos deles, mas a resposta surgiu com a decisão judicial e os abusos de autoridade, que são um problema estrutural nas instituições policiais brasileiras, foi denunciada de maneira coerente.

Amarildo poderia ter sido apenas mais um, no entanto a mobilização social não permitiu que mais uma vez a imprensa negligenciasse o sangue que escorre todos os dias nas periferias e favelas do país. O caso foi o estopim para que o Brasil inteiro voltasse os olhos para essa realidade, e a cobertura do jornal analisado teve um papel fundamental para essa abordagem.

Imagens



Família de Amarildo, Google imagens



Ato do Movimento Rio de Paz na praia de Copacabana , google imagens

Referências

<http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/caso-amarildo/caso-amarildo-a-historia.htm> <acessado em 22 de Junho de 2017>

<http://g1.globo.com/> <acessado em 23 de julho de 2017>

<<https://oglobo.globo.com/rio/mulher-de-amarildo-que-estava-desaparecida-havia-dez-dias-encontrada-em-cabo-frio-13205830#ixzz4kxCn9SQW> >

<https://www.youtube.com/watch?v=tXZVfUwsLbw&t=48s>

Estopim, publicado em 11 de agosto de 2015>

<Documentário, O